


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 25 de setembro de 2018, faço estes autos conclusos à MMª. Juíza de Direito, **Dra. ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**. Eu, \_\_\_\_\_, Escrivão Judicial I, subscrevo.

**SENTENÇA**

Processo nº: **1006838-98.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Práticas Abusivas**  
 Requerente: **Esmeraldina Basso**  
 Requerido: **Acqualuz Shopping da Construção**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLAUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

Trata-se de **Procedimento Comum - Práticas Abusivas** propostos por **Esmeraldina Basso** em face de **Acqualuz Shopping da Construção** alegando, em resumo, que recebeu notificação de aviso de protesto por obra da requerida, porém não contraiu referida dívida.

Requer a procedência, com a declaração de inexigibilidade do débito e a condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais e encargos de sucumbência.

O pedido de tutela provisória foi deferido (fls. 13/14).

A ré foi devidamente citada (fls. 17) e apresentou contestação alegando, em síntese, que o débito cobrado refere-se à compra de materiais de construção que a empresa Araimóveis Consultoria Imobiliária Ltda. adquiriu em nome da autora. Os produtos foram entregues no endereço da obra da requerente e não pode ser condenada ao pagamento de danos morais, pois o protesto é legítimo. Pediu a improcedência (fls. 18/24).

Houve réplica (fls. 45/46).

**É O RELATÓRIO.**

**1006838-98.2018.8.26.0037 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

O processo comporta julgamento antecipado, nos termos do inciso I, do artigo 355 do Código de Processo Civil, por se tratar de matéria de fato e direito, passível de julgamento com as provas constantes dos autos.

O pedido é parcialmente procedente.

Trata-se de ação de inexigibilidade de débito e reparação de danos, alegando a parte autora que teve seus dados inseridos nos cadastros de proteção ao crédito pela requerida por dívida não contraída.

A requerida, por sua vez, afirmou que o débito é devido, o que torna legítimo o protesto.

A relação entre as partes versa sobre relação de consumo (artigos 2º, 3º do CDC) e é amparada pelo Código de Defesa do Consumidor que estabelece ser imprescindível a necessidade de segurança em relação aos produtos e serviços oferecidos. Reconheço a hipossuficiência da autora, motivo pelo qual inverte o ônus da prova.

A presunção de estarem corretas as cobranças cessou no momento em que a consumidora, vulnerável e hipossuficiente, insurgiu reclamando, pois isso transferiu à ré a obrigação de proceder ao minucioso levantamento de modo a não colocar em dúvida o espírito da consumidora.

Observo que, embora afirme regularidade na cobrança, a empresa requerida apresentou documentos firmados com terceiros, que apenas mencionam o nome da requerente. Limitou-se a tecer alegações genéricas e não produziu nenhuma prova que pudesse afastar os argumentos trazidos na exordial. Por fim, instada a se manifestar sobre a produção de outras provas, quedou-se inerte, consoante certidão de fls. 50.

Destarte, não logrou êxito a empresa ré em demonstrar a regularidade das cobranças. Sendo assim, razão assiste à autora em pleitear a inexistência de débito.

Os danos morais também restaram caracterizados.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**4ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

Como se sabe, o dano moral constitui-se na dor, no sofrimento moral, que residem na alma, sendo exigir o impossível a comprovação dessa espécie de dano, pois não há como fazer uma análise do aspecto subjetivo.

No caso, tem-se que o protesto de duplicata inexigível causou injusta lesão à honra da autora, sendo cabível a indenização por dano moral, tendo em vista que para a sua reparação basta a demonstração da lesão e do nexos causal com o fato que a ocasionou, não se cogitando da prova concreta do dano.

O constrangimento e o abalo sofridos pela requerente, de ter o seu nome negativado irregularmente nos registros dos referidos órgãos, constituem causa suficiente para reconhecer o direito à indenização, pois, *"em casos que tais, faz-se desnecessária a prova do prejuízo, que é presumido, uma vez que o dano moral decorre da própria inclusão indevida do nome do autor no cadastro de inadimplentes"* (STJ - AGA 470538/SC. Relator: Ministro Castro Filho).

Com relação ao quantum a ser arbitrado, ressalto que a indenização por dano moral não tem o objetivo de reparar a dor, mas de compensá-la de alguma forma, minimizando os sofrimentos do beneficiário, de modo que fixo referida indenização em R\$ 10.000,00, valor que atende satisfatoriamente aos interesses das partes, compensando o sofrimento e o constrangimento da requerente, que foi obrigada a mover ação judicial para limpar o seu nome, e representando sanção à requerida, de forma que agirá de maneira mais cautelosa quando na busca por lucros adotar medidas que possam prejudicar terceiros de boa-fé.

Ante o exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para declarar inexigível o valor de R\$ 2.471,12 (Duplicata nº 2446); b) condenar a ré a pagar à parte autora a quantia de R\$ 10.000,00, a título de danos morais, corrigindo-se monetariamente a partir desta data (Súmula 362 do STJ), com a inclusão de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação; c) determinar o cancelamento definitivo do protesto em nome da autora, tornando definitiva a tutela provisória anteriormente deferida.

Para a fixação da verba da sucumbência, deve-se considerar o Enunciado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

4ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, n. 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: Araraq4cv@tjsp.jus.br

14 do Enfam (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados): "Em caso de sucumbência recíproca, deverá ser considerada proveito econômico do réu, para fins do art. 85, § 2º, do CPC/2015, a diferença entre o que foi pleiteado pelo autor e o que foi concedido, inclusive no que se refere às condenações por danos morais.

Desta forma, as custas e despesas devem ser rateadas entre as partes (art. 86 do Código de Processo Civil).

Condeno a autora a pagar ao advogado da ré a importância correspondente a 10% da diferença entre o que foi pleiteado e o que foi concedido pelo juiz (diferença de R\$ 5.000,00), tudo devidamente corrigido até a data do julgamento. A cobrança desse valor está condicionada à prova de que a requerente perdeu a condição legal de necessitada, nos termos do artigo 98, §2º e §3º do CPC.

Condeno a requerida a pagar à advogada da autora a importância correspondente a 10% do valor total da condenação.

Publique-se e Intimem-se.

Araraquara, 2 de outubro de 2018.

**ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Juíza de Direito

**DATA**

Em **2 de outubro de 2018**, recebi estes autos em cartório. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, escrevi.